



Lei de Diretrizes Orçamentárias deve ser votada na terça-feira

Presidente da Comissão Mista de Orçamento garante que projeto vai ao Congresso antes do recesso e que não será aceito um PIB imaginário



Tadeu Spósito/Agência Senado

O projeto que orienta a elaboração dos orçamentos do governo será votado pelo Congresso na terça-feira, segundo a presidente da Comissão Mista de Orçamento, senadora Rose de Freitas. A parlamentar afirmou que a comissão não aceitará “maquiagens”

fiscais e superávit inexistente, ressaltando que o governo precisa cortar despesas e procurar um gasto mais eficiente.

Sobre a possibilidade de o TCU reprovar as contas do governo, Rose disse que isso não compromete a responsabilidade de votar o Orçamento. **5**

Rose afirma que, neste momento de crise econômica, a construção do Orçamento ganha importância estratégica porque estabelece os gastos prioritários

Entidades pedem criação de lei que reprima fraude na compra de próteses **3**

Comissão mista que estuda MP sobre energia no Nordeste elege relator **4**



Pedro Franco/Agência Senado

Rittscher negou envolvimento com acusados, em audiência com Ataídes Oliveira e Vanessa Grazziotin

CPI quer dados de presidente da Mitsubishi

O presidente da CPI que apura irregularidades em julgamentos do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), Ataídes Oliveira, vai pedir quebra de sigilos do presidente da Mitsubishi no Brasil,

Robert Rittscher. O depoimento dele ontem à CPI não satisfaz os senadores. A Mitsubishi é investigada porque uma dívida de R\$ 266 milhões passou para menos de R\$ 1 milhão depois de julgamento do Carf. **4**

Desertificação ameaça áreas do semiárido

Em audiência na Comissão Mista de Mudanças Climáticas, especialistas advertiram sobre os riscos da crescente desertificação da região do semiárido brasileiro. Presidente

do colegiado, o senador Fernando Bezerra Coelho festejou a aprovação, pelo Senado, da Política Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca **7**



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Senador Fernando Bezerra (4º à esq.) preside audiência ao lado do deputado Sarney Filho

Inkra diz que combate extração ilegal de madeira no Paraná



Pedro Franco/Agência Senado

Na audiência pública organizada ontem pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, o Incra comentou as falhas apontadas por uma auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU) em assentamentos da reforma agrária no Paraná. Uma das falhas era a extração irregular de madeira nas áreas de assentamento. De acordo com o representante do Incra na audiência, a entidade processará os envolvidos. **8**

A senadora Ana Amélia (D) conduz a audiência pública sobre problemas encontrados em assentamentos da reforma agrária no Paraná

Grupo estudará entrega de área de floresta a acampados **8**

Tribuna de Honra do Plenário fica restrita a credenciados **2**

Proposta pode aliviar sistema carcerário

O Senado estuda um projeto de lei que dá prazo de 24 horas para que pessoa presa em flagrante seja levada ao juiz. Mais de 40% dos presos do país aguardam julgamento. O relator, Humberto Costa, espera votá-lo até o recesso. **6**



Convidados assistem a sessão na Tribuna de Honra: local agora só pode ser frequentado por assessores credenciados

Acesso à Tribuna de Honra do Senado fica limitado

Ato, que vale desde ontem, estabelece que apenas assessores parlamentares credenciados poderão ocupar a galeria lateral. Medida foi tomada com o objetivo de aumentar a segurança no local

DESDE ONTEM, SOMENTE assessores parlamentares credenciados podem ocupar a Tribuna de Honra do Plenário do Senado. A determinação foi aprovada na véspera pela Comissão Diretora da Casa.

A medida, que consta do Ato 9/2015, melhora o controle do acesso de pessoas ao Plenário do Senado, tendo em vista a segurança e as limitações de espaço.

Disse o primeiro-vice-presidente do Senado, Jorge Viana (PT-AC):

— Nós tomamos uma de-

cisão na Mesa Diretora: essa galeria lateral não será mais ocupada por mais nenhum convidado. E é bom que esteja atenta a Secretaria da Mesa. Só pessoas credenciadas ficarão no espaço do Plenário do Senado. Foi uma decisão unânime da Mesa, atendendo pedidos dos líderes. Então, jornalistas credenciados e assessores de parlamentares da Casa é que vão ficar no espaço do Plenário. Vamos tentar diminuir o trânsito de pessoas aqui, para que os senadores possam trabalhar

com mais tranquilidade.

Além de Viana, assinam o documento — que altera o Regimento Interno do Senado (conjunto de regras que regulamentam o funcionamento da instituição) — o presidente da Casa, Renan Calheiros, o primeiro-secretário, Vicentinho Alves (PR-TO), o primeiro suplente de secretário, Sérgio Petecão (PSD-AC), o terceiro suplente de secretário, Elmano Férrer (PTB-PI), e o quarto suplente de secretário, Douglas Cintra (PTB-PE).

Senadores recebem Medida Provisória do Futebol

Foi lida na quarta-feira no Plenário do Senado a Medida Provisória (MP) 671/2015, que trata da renegociação das dívidas dos clubes de futebol. A matéria, cuja vigência se encerra no próximo dia 17, passa a trancar a pauta.

O texto aprovado pela Câmara dos Deputados vincula o parcelamento de dívidas dos clubes esportivos com a União a práticas de gestão mais transparentes, como a

instalação de conselhos fiscais independentes e limite para a reeleição de dirigentes.

Os clubes que adotarem a gestão transparente poderão parcelar dívidas em até 240 vezes, com redução de 70% das multas, 40% dos juros e 100% dos encargos legais.

No relatório, o deputado Otávio Leite (PSDB-RJ) retirou do texto original da MP a proibição da participação dos clubes em campeonatos como penalidade

pelo descumprimento das regras, mas manteve a proibição de registro de contratações de jogadores.

Também foi mantida a pena de rebaixamento para o clube que não comprovar regularidade fiscal dos tributos federais, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e do pagamento dos jogadores, inclusive dos contratos de direito de imagem.

(Com Agência Câmara)

Sessão homenageia associação dos auditores fiscais

O Plenário do Senado realizará hoje, às 14h, uma sessão especial para celebrar os 65 anos da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip). O requerimento foi apresentado por Paulo Paim (PT-RS).

Fundada em 22 de abril de 1950, a Anfip é uma entidade

civil, autônoma e sem fins lucrativos que atua, representa e defende, em todo o território nacional, como representante ou substituta processual, os servidores públicos federais ocupantes do cargo de auditor fiscal da Receita Federal.

A Anfip, de acordo com a própria entidade, tem a missão de representar, defender

e dignificar seus associados, para manter e ampliar direitos e conquistas na construção de uma sociedade justa, desenvolvida e solidária. Sua visão é efetivar a preservação e ampliação de direitos e conquistas de seus associados e atuação na defesa do serviço público, da seguridade social e da justiça fiscal.

TV Senado mostra desafios para implantar a televisão digital

Os desafios para a transição para a TV digital são o tema do programa *Em Discussão!*, da TV Senado, neste fim de semana. A TV aberta analógica tem data para ser extinta no Brasil. Em 25 de novembro de 2018, o sinal será desligado, dando lugar à TV digital, com qualidade superior de som e imagem, além de recursos como interatividade.

O processo de desligamento será feito em etapas. O primeiro teste será em novembro, em Rio Verde (GO). No ano que vem, Brasília, São Paulo, Belo Horizonte, Goiânia e Rio de Janeiro terão as transmissões analógicas encerradas.

O cronograma está aperta-

do. Representantes do setor demonstraram preocupação em audiência pública da Comissão de Ciência e Tecnologia no mês passado.

Para que o cronograma de desligamento seja mantido, é necessário que 93% dos lares brasileiros tenham acesso à TV digital na data-limite de novembro de 2018. Para assegurar o cumprimento da meta, os 14 milhões de beneficiários do Programa Bolsa Família deverão receber gratuitamente do governo kits com antenas e conversores digitais.

Como assistir
 • Amanhã: 23h30 - Dom: 9h e 16h30
 • Seg: 1h30 - Sáb (18/7): 16h30



Audiência no Senado em junho discute calendário do fim da TV analógica

Governo veta projeto que afeta empregados de estatal extinta

O presidente da República em exercício, Michel Temer, vetou o PLC 103/2014, que ampliava a responsabilidade da Valec Engenharia, empresa pública ligada ao Ministério dos Transportes, como patrocinadora do plano de previdência administrado pelo Instituto Geiprev.

Em 2008, a Valec incorporou o pessoal da extinta Empresa Brasileira de Planejamento dos Transportes (Geipot), atendido pelo Geiprev. De acordo com a Lei 11.772/2008, a responsabilidade da empresa como patrocinadora limita-se aos empregados

ativos na época.

O projeto, de iniciativa do próprio Executivo, modificava a lei para abranger todos os assistidos pelo plano de previdência.

A justificativa do veto, atribuída aos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, é que a medida passaria à Valec a responsabilidade pelo patrocínio de plano de benefícios de assistidos que nunca foram seus empregados, o que extrapolaria a obrigação decorrente da condição de sucessora trabalhista da Geipot. O governo diz que estudará uma "medida mais adequada".

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Sessão não deliberativa
 9h A sessão é não deliberativa, destinada a pronunciamentos dos senadores.
ANFIP Associação de auditores
 14h Sessão pelos 65 anos da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita.

CRA Audiência pública
 14h Em Ijuí (RS), a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária promove debate sobre a cadeia do leite. Entre os convidados, representante do Ministério da Agricultura e da Embrapa.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 9h, a **sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Doação de empresa na pauta da reforma política

Proposta de Jucá limita contribuição de empresas a 7% dos gastos da campanha. Financiamento é o item mais polêmico entre as seis propostas para análise na segunda

A COMISSÃO TEMPORÁRIA de Reforma Política analisa, na segunda-feira mais seis propostas de reforma do sistema político-eleitoral. A mais polêmica delas trata do financiamento das campanhas. Há senadores que defendem a proibição da doação de empresas e o financiamento exclusivamente público.

Pela proposta de número 13 do relator da comissão, Romero Jucá (PMDB-RR), as doações de uma só empresa não poderão exercer 7% do total de gastos de campanha de cada candidato comunicados à Justiça Eleitoral. Para o senador, a limitação das doações de empresas caminha lado a lado à proposta que estabelece um teto para os gastos de campanha.

Outra proposta cobrada na quarta-feira pelos parlamentares é a que impede que órgãos de imprensa contratem empresas que façam pesquisas eleitorais, para conhecimento público, e que prestem serviços a partidos políticos.

Segundo Jucá, o objetivo da medida, que será analisada na segunda-feira, é impedir a divulgação de dados viciados por institutos de pesquisa que não possuem isenção técnica nem independência para realização de atividades com repercussão na vida de

todo o país.

A comissão ainda vai debater mais quatro propostas. Duas delas conferem efeitos suspensivos: a primeira ao recurso interposto contra sentença que declarar a cassação do diploma de prefeito e de vice-prefeito, e a segunda ao

recurso contra a decretação de afastamento cautelar de agentes políticos.

As outras duas tratam da instituição de federações de partidos políticos e das novas condições de inelegibilidade de magistrados e de membros do Ministério Público.

Fátima não vê com entusiasmo atuais propostas

Fátima Bezerra (PT-RN) declarou "ceticismo" diante das posições do Legislativo em relação à reforma política. Para ela, as reformas aprovadas na Câmara não dão motivo para comemorar, pois, na opinião dela, os deputados mantiveram o eixo central de um sistema "esclerosado".

— Não vejo aqui no Senado a ousadia, a vontade de dialogar com as ruas, com a sociedade para que, de fato, a gente avançasse na direção de uma reforma política ampla e profunda — disse.

Para Fátima, o PT deveria ter tratado a reforma política como prioridade em seu compromisso de campanha no ano passado.



Waldemir Barreto/Agência Senado



Blog do Marcinho

Senadores vão discutir financiamento de campanhas: alguns defendem que recursos devem ser exclusivamente públicos

Ações judiciais por próteses estimulam fraudes, diz federação

Os participantes da audiência pública de ontem da CPI das Próteses apontaram dificuldades decorrentes do elevado grau de judicialização para garantir a implantação de próteses no país. Também foi sugerido um marco regulatório para evitar fraudes.

Durante a reunião, foram pedidos mais transparência nos procedimentos e um banco de compras para evitar monopólio de fornecedores e facilitar o controle dos processos.

O representante do Conselho Federal de Medicina (CFM), Mauro Ribeiro, repudiou o envolvimento de médicos em práticas ilegais e sugeriu a criação do marco regulatório de procedimentos.

— Nós entendemos que é um processo de corrupção e processo de corrupção não é com o Conselho Federal, é com a polícia. Se algum médico for pego roubando, o lugar dele é na cadeia.

Na avaliação do representante da Federação Nacional de Saúde Suplementar (Fenasaúde), Sandro Alves, a judicialização da medicina, com os pacientes buscando a Justiça para garantir procedimentos médicos ou fornecimento de medicamentos, pode estimular fraudes.

— Só aqueles que têm acesso a determinadas demandas judiciais conseguem obter aquele procedimento, enquanto outros que não têm não con-



Gerardo Magalhães/Agência Senado

Sandro Alves, da Fenasaúde, e Mauro Ribeiro, do CFM, participam da audiência

seguem, o que gera uma série de distorções — disse Alves.

O representante do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), Elton Chaves, afirmou que o

estadual, público ou privado. Humberto Costa (PT-PE), que é médico e relator da comissão, sugeriu a ampliação do estudo sobre o impacto da judicialização.

— Que se pudesse ter uma pesquisa completa desses municípios brasileiros onde existam essas determinações judiciais. Por essa pequena amostra, 240 municípios, já temos uma representação de R\$ 12 milhões. Quando abordarmos os grandes municípios, os estados e as capitais, é provável que tenhamos aí uma conta astronômica — disse o senador.

A comissão tem até 26 de setembro para encerrar as investigações e apresentar propostas.

excesso de pedidos na Justiça também prejudica a fiscalização por parte dos gestores públicos:

— Fica muito difícil para o gestor, seja ele municipal,

Comissão visitará vítimas de violência no Piauí

A Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher reúne-se na terça-feira para definir a ida dos integrantes a Baturité, no Ceará. A comissão já aprovou visita a Castelo do Piauí (PI) e quer fazer diligências nas duas localidades.

No início da reunião, será analisado plano de trabalho apresentado pela deputada Luizianne Lins (PT-CE), relatora da comissão, presidida pela senadora Simone Tebet (PMDB-MS). Depois será votado o pedido de ida a Baturité, de autoria da senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

No requerimento, Vanessa observa que "a cultura machista tenta perpetuar a objetificação das mulheres e transformá-las em reles instrumentos das mais sórdidas e asquerosas satisfações masculinas, sujeitas a todo o tipo de violência quando assim não correspondem".

Em Castelo do Piauí, em maio, quatro adolescentes foram agredidas, estupradas e jogadas de um barranco. Uma delas morreu após dez dias no hospital. Quatro adolescentes suspeitos do crime foram recolhidos em um centro de internação provisória. Um



Pedro França/Agência Senado

Simone Tebet preside grupo que combate a violência contra a mulher

quinto suspeito foi preso dias depois do episódio. No início de julho, um caso de estupro coletivo também chocou os moradores do município de Capistrano, a 100 quilômetros de Fortaleza.

Grupo que atualizará Código de Aeronáutica analisa prioridades

A comissão criada para discutir a atualização do Código Brasileiro de Aeronáutica reúne-se na segunda-feira para tratar dos temas definidos como prioritários na última reunião. Entre eles, a responsabilidade civil na aviação e o conceito de autoridade aeronáutica. Outro debate importante será sobre as instalações físicas e os serviços da aviação.

Formada por especialistas e autoridades do setor aéreo, a comissão tem até o fim do ano para elaborar um ante-

projeto de reforma do Código Brasileiro de Aeronáutica.

O trabalho foi dividido em três grandes áreas: navegação aérea, organização da aviação civil e transporte aéreo. Um quarto grupo vai tratar de temas residuais.

O presidente da comissão é o advogado Georges Ferreira. A relatora-geral é a professora de Direito Internacional Maria Helena Fonseca. Após a aprovação na comissão, o texto será transformado em projeto de lei a ser analisado pelo Senado e pela Câmara.

CPI quer quebrar sigilo de dirigente da Mitsubishi

Para senadores, Robert Rittscher, que depôs ontem, foi evasivo. Comissão que apura irregularidades no Carf também quer acesso a dados fiscais de mais cinco envolvidos

A CPI QUE apura irregularidades em julgamentos do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) ouviu ontem o presidente da Mitsubishi no Brasil, Robert Rittscher. Para os senadores, porém, Rittscher contribuiu pouco para as investigações da comissão. Assim, o presidente da CPI, Ataídes Oliveira (PSDB-TO), anunciou que vai pedir a quebra dos sigilos telefônico e telemático (e-mails e SMS) do empresário, que negou ter envolvimento com investigados pela Operação Zelotes, da Polícia Federal.

A relatora da CPI, Vanessa Graziottin (PCdoB-AM), apoiou a quebra dos sigilos do empresário.

— É muito difícil acreditar que ele não possui nenhuma relação com alguns dos inves-

tigados na Zelotes — disse.

A Mitsubishi é investigada por conta de uma dívida com a Receita inicialmente de R\$ 266 milhões e que, depois do julgamento do Carf, passou para menos de R\$ 1 milhão.

— A Mitsubishi conseguiu um sucesso escuso, criminoso. Porque resolveram cobrar cerca de R\$ 1 milhão? Pra enganar trouxas? — questionou Ataídes.

O senador disse que as investigações da empresa devem esclarecer diversos pontos sobre como funcionaria o esquema dentro do Carf. Para isso, a CPI aprovou ontem a convocação do presidente da Mitsubishi na gestão anterior a Rittscher, Paulo Ferraz.

Durante a análise no Carf, a Mitsubishi contratou como consultora a empresa Mar-



Ataídes questiona o presidente da Mitsubishi, Rittscher, investigado por envolvimento em julgamento suspeito do Carf

condes & Mautoni, que até o momento aparece na Operação Zelotes como uma das intermediárias no esquema de propinas envolvendo empresas e funcionários do órgão.

No total, a Mitsubishi repassou para a Marcondes & Mau-

toni valores superiores a R\$ 40 milhões, segundo Rittscher, relativos a serviços prestados e cuja documentação será depois apresentada à CPI.

Ataídes questionou se Rittscher aceitaria contribuir com as investigações por meio de uma delação premiada na Polícia Federal. O empresário garantiu não ter nenhuma razão para fazer isso, pois já estaria prestando todos os esclarecimentos dos casos sobre os quais possui conhecimento.

Para a audiência de ontem, também estava convocado Steven Armstrong, representante da Ford. Um acordo na CPI, porém, suspendeu o depoimento dele por falta de provas do envolvimento da

empresa com o caso.

José Pimentel (PT-CE) leu o ofício a que a comissão teve acesso, segundo o qual a Ford teria sofrido uma tentativa de acaque relacionada a um processo no Carf, “em que perderia bilhões”.

Ataídes deixou claro que, se o aprofundamento das investigações exigir, a Ford voltará a ser chamada para prestar esclarecimentos.

— O Carf virou um antro de corrupção e não mediremos esforços buscando o ressarcimento dos cofres públicos. Neste caso, a empresa sofreu uma tentativa de acaque, porém os bandidos não alcançaram seu intento — disse o senador.

Senadores vão convocar mais 3 investigados

A CPI do Carf também aprovou ontem a quebra dos sigilos fiscal e telefônico de outros cinco envolvidos nas denúncias de irregularidades: Leonardo Manzan, Paulo Roberto Cortez, Adriana Ribeiro, Gegliane Pinto e Jorge Victor Rodrigues.

— Pesam suspeitas de que todos eles integravam diretamente o esquema criminoso, seja como conselheiros do Carf, seja como

consultores, valendo-se de influência naquele tribunal para obter manipulação de julgamentos visando seus clientes — disse Ataídes.

A comissão decidiu ainda convocar outros investigados. Devem prestar depoimentos o presidente do Conselho de Administração da Engevix Engenharia, Cristiano Kok, o ex-presidente do Carf Otacílio Cartaxo; e o executivo-chefe da Huawei do Brasil, Jason Zhao.

Comissão que trata da Chesf inicia trabalho

A comissão mista que vai analisar a Medida Provisória (MP) 677/2015 elegeu ontem como presidente o deputado Manoel Junior (PMDB-PB) e como vice-presidente o senador Otto Alencar (PSD-BA). A relatoria ficou com o senador Eunício Oliveira (PMDB-CE). O deputado Leonardo Monteiro (PT-MG) fará a revisão.

A comissão analisará o texto que permitiu à Companhia

Hidroelétrica do São Francisco (Chesf), subsidiária da Eletrobras, prorrogar até fevereiro de 2037 contratos de fornecimento de energia com indústrias do Nordeste. Os contratos venceriam em 30 de junho.

A MP também permitiu à Chesf participar do Fundo de Energia do Nordeste, com o objetivo de conseguir recursos para fazer empreendimentos de energia elétrica para atender

grandes consumidores. O fundo será criado e administrado por uma instituição financeira como o Banco do Brasil, a Caixa ou o BNDES.

Os investimentos do fundo deverão ser direcionados na proporção mínima de 50% para o Nordeste. O restante ficaria com as demais regiões, desde que pratiquem custos e preços inferiores aos da Região Nordeste.



Os deputados Manoel Junior e Leonardo Monteiro e o senador Otto Alencar

Vanessa comemora criação do Banco do Brics

Vanessa Graziottin (PCdoB-AM) comemorou a assinatura do documento de criação do Banco do Brics, ontem na Rússia, durante reunião de cúpula dos países do bloco: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

A senadora informou que o banco terá sede em Xangai, na China, capital inicial de US\$ 50 bilhões e começará a funcionar em 2016. A instituição, disse, financiará projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável em nações emergentes.

— Os pessimistas torceram muito para que isso não acontecesse. Por outro lado, os povos do mundo inteiro aplaudem a criação do banco, que ajudará sobretudo os países que mais precisam.



Vanessa Graziottin

Ana Amélia: parceria com China tem de ser forte

Ana Amélia (PP-RS) elogiou a rapidez com que as autoridades chinesas atuaram para conter a queda das bolsas de valores do país, que, nas últimas semanas, chegaram a cerca de 30%. Segundo a imprensa, o governo chinês proibiu a venda de ações, o que fez as bolsas de Xangai fecharem em alta.

Ela comentou que a crise na China afeta a economia brasileira, já que os chineses são os maiores parceiros comerciais do Brasil. Em 2014, disse, as exportações do Rio Grande do Sul para a China chegaram a US\$ 4,3 bilhões. No Brasil, o total das exportações foi de US\$ 22,1 bilhões no mesmo período.

— O mercado chinês tem sido um aliado do Rio Grande do Sul e do Brasil. Por isso, a importância do fortalecimento das relações e da cooperação.

Lira propõe nova regra para salário-educação

Raimundo Lira (PMDB-PB) pediu apoio para projeto dele que altera as regras de distribuição do salário-educação, destinando mais verbas aos estados que registrarem mais matrículas na rede de ensino (PLS 282/2015). O senador lamentou que as normas atuais favoreçam os estados de maior arrecadação tributária.

Para ele, caso aprovado, o novo regulamento do salário-educação contribuirá para reduzir as disparidades entre regiões ricas e pobres.

— O projeto garante o estabelecimento de um valor médio nacional por aluno para distribuição mais justa dos valores do salário-educação em benefício de todos.



Raimundo Lira

Privatizar Celg não é a solução, diz Hélio José

Hélio José (PSD-DF) manifestou preocupação com a notícia de que a concessionária Centrais Elétricas de Goiás (Celg) corre o risco de ser privatizada. O estado tem 49% das ações; o restante pertence ao governo federal.

Segundo ele, o governo de Goiás alega que precisa vender as ações para fazer caixa dentro da política de ajuste fiscal. O senador explicou que a alegada dívida da empresa refere-se a processos em negociação envolvendo usinas de Corumbá, Tocantins e Cachoeira Dourada, nas quais a empresa tem saldo a receber do estado.

— Os números mostram que a companhia é perfeitamente viável do ponto de vista contábil.



Hélio José

Emenda de Reguffe beneficia saúde e educação

Reguffe (PDT-DF) apresentou contas da destinação dos R\$ 16,32 milhões da emenda parlamentar ao Orçamento da União apresentada por ele em 2015.

Do total, R\$ 3 milhões foram destinados à compra de remédios para os hospitais públicos do Distrito Federal; R\$ 3 milhões, à ampliação do número de leitos hospitalares; R\$ 2,32 milhões, à compra de equipamentos de saúde; R\$ 4 milhões, à construção de escolas em tempo integral; R\$ 3 milhões, à compra de viaturas policiais; e R\$ 1 milhão, à compra de uma viatura de resgate para os bombeiros.

Ele disse que foram priorizados os setores apontados pela população como os mais carentes de melhorias.

— Hoje, com a aprovação do caráter impositivo das emendas parlamentares ao Orçamento, o governo é obrigado a executar as emendas. Aquele é um recurso que realmente vai ter que voltar para o cidadão, para o contribuinte. Acaba o poder discricionário do Executivo de executar ou de não executar a emenda.

Senadora apoia debate profundo sobre Petrobras

Rose de Freitas (PMDB-ES) elogiou a decisão do Plenário de retirar a urgência do PLS 131/2015, que revoga a participação obrigatória da Petrobras no modelo de partilha de produção de petróleo da camada pré-sal. O projeto será debatido numa comissão especial durante 45 dias. Para ela, os senadores demonstraram “bom senso”.

— As divergências entre os parlamentares deixam clara a necessidade de discutirmos por mais tempo. Nós estamos tratando da maior empresa estatal brasileira, que vive uma crise, mas detém um verdadeiro patrimônio de tecnologia de exploração. Portanto, não pode uma lei vir ao Plenário e nós votarmos em caráter de urgência sem nenhuma discussão, sem nenhum aprofundamento.

A senadora julga que a legislação atual, que mantém a Petrobras como responsável pela execução das atividades de exploração, tem importância estratégica para o país.

Sobre a comissão especial, Rose disse dará mais garantias ao debate e mais profundidade à análise e ajudará a embasar com mais segurança a decisão do Senado, qualquer que seja.



Waldemir Barreto/Agência Senado



Rose de Freitas comanda reunião da CMO: em momento de crise, elaboração do Orçamento é ponto-chave, diz senadora

Rose garante que LDO já poderá ser votada na terça

Presidente da CMO disse que não vai aceitar números imaginários nem superávit inexistente e que Orçamento deve ser real para ajudar governo a cortar despesas e a gastar dentro dos limites

O PROJETO DA Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2016 (PLN 1/2015) estará pronto para ser votado na terça-feira no Congresso. A informação foi dada ontem pela presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), senadora Rose de Freitas (PMDB-ES). A LDO tem como finalidade orientar a elaboração dos orçamentos do governo.

Segundo Rose, em um momento de crise fiscal e econômica como o que Brasil vive, a construção do Orçamento ganha importância e torna-se estratégica, ao estabelecer os gastos prioritários e urgentes. Como exemplo, ela apontou que cortar recursos para a saúde é “uma coisa dramática” para a população.

O Orçamento bem elaborado, disse, impede que o país tome decisões que possam comprometer o equilíbrio das contas. Ela destacou a responsabilidade da comissão em não aceitar tipo algum de “maquiagem”, superávit inexistente ou um produto interno bruto (PIB) imaginário. Para a senadora, o Orçamento real pode “obrigar o governo” a pensar dentro de suas limitações.

— Precisamos olhar os números reais. Todas essas questões são muito importantes para o Brasil. Temos de dar a sinalização da situação real da economia, para que as pessoas possam se instrumentalizar para enfrentar os problemas do país e que têm repercussão na vida do empresário, do trabalhador, da dona de casa, enfim, de toda a sociedade — declarou. Rose de Freitas destacou

a importância de o governo cortar despesas e procurar um gasto mais eficiente. Para ela, o governo não pode mais pedir o sacrifício da população se não fizer a sua parte. Na visão da presidente da CMO, uma redução na meta de superávit pode ajudar o governo neste momento de crise, pois permite maior espaço para manobrar os recursos. Ela apontou que a revisão do superávit é “absolutamente necessária” e informou que a comissão ainda está discutindo o assunto.

— O governo não pode trabalhar com um número fictício. Nós não vamos colaborar com isso.

Contas do governo

Em junho, o Tribunal de Contas da União (TCU) pediu mais informações ao governo para dar um parecer sobre a regularidade das contas da presidente da República Dilma Rousseff. Segundo a

imprensa, existe a tendência de o tribunal reprovar a prestação de contas. Rose de Freitas lembrou que o parecer do TCU é enviado para a CMO e, depois, vai para o Plenário do Congresso.

Se o parecer for pela rejeição, afirmou, a CMO vai trabalhar com muita responsabilidade. Ela elogiou o TCU e disse que o tribunal trabalha com a análise técnica. Disse também que essa possível situação não vai comprometer a “obrigatoriedade de votar o Orçamento”.

— Vamos estudar o parecer do TCU de maneira minuciosa e responsável. A rejeição das contas pode gerar o afastamento da presidente. Em um momento de crise, precisamos ter responsabilidade política também — declarou Rose, apontando que um possível relator da matéria deverá ter responsabilidade pública para trabalhar com acuidade.

Controle de fronteiras será umas das prioridades

O monitoramento de fronteiras, o controle do espaço aéreo brasileiro e a manutenção de serviços consulares são as ações governamentais contempladas com emendas ao projeto da LDO na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovadas na reunião de ontem do colegiado.

Os integrantes da CRE acolheram relatório de Lasier Martins (PDT-RS)

contemplando, no Anexo de Metas e Prioridades do projeto da LDO para 2016, as seguintes ações: Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (ação do Comando do Exército), operação do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (ação do Comando da Aeronáutica) e serviços consulares e de assistência a brasileiros no exterior (ação do Ministério das Relações Exteriores).

Roberto Rocha lista pedidos do MA a ministros

Roberto Rocha (PSB-MA) fez um relato de reuniões que teve com três ministros de Estado. O senador elogiou a presteza do ministro da Saúde, Arthur Chioro, que entendeu a necessidade de o Maranhão ter as despesas com saúde divididas com o governo federal. Segundo Roberto Rocha, o estado vai receber seis unidades do Serviço de Atendimento Médico de Urgência (Samu).

O senador também se reuniu com o ministro dos Transportes, Antonio Carlos Rodrigues. O encontro, informou, teve a presença de outros parlamentares do Maranhão e do Piauí, que discutiram a construção de uma ponte sobre o Rio Parnaíba, para completar a estrada que liga Teresina a Timon (MA).

— O rio não existe para separar, mas para unir os estados. Estamos unidos pela construção da ponte.

Roberto Rocha criticou o ministro das Cidades. Segundo o senador, as visitas de Gilberto Kassab ao Maranhão têm o objetivo de fazer crescer seu partido, o PSD.

Telmário Mota celebra prêmio da Rádio Senado

Telmário Mota (PDT-RR) felicitou Sergio Vieira, autor da reportagem especial “Torrente”, vencedora do último Prêmio Petrobras de Jornalismo na categoria cultural. A matéria, da Rádio Senado, foi uma homenagem à escritora Hilda Hilst, nos dez anos de sua morte. A premiação ocorreu na terça-feira, no Rio de Janeiro.

Quando do falecimento de Hilda, em 2004, o Senado aprovou dois votos de pesar, propostos pelos então senadores Arthur Virgílio (PSDB-AM) e Eduardo Suplicy (PT-SP). O ex-parlamentar petista concedeu uma entrevista a Sergio Vieira sobre a escritora e trechos do depoimento foram utilizados na reportagem.

— O Senado é, hoje, um órgão que, com certeza, trabalha com grandes profissionais. Eu fico orgulhoso do quadro desta Casa porque mantém a mais alta qualidade — elogiou o senador.

Ainda no pronunciamento, Telmário Mota comemorou os 125 anos da cidade de Boa Vista.



Moneira Manz/Agência Senado



Moneira Manz/Agência Senado

Preso poderá ser levado a juiz em até 24 horas

O procedimento, conhecido como audiência de custódia, consta de projeto que deve ser votado na Comissão de Constituição e Justiça ainda antes do recesso parlamentar

PEDIDO DE VISTA coletiva adiou, na quarta-feira, a votação de projeto de lei (PLS 554/2011) do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) que dá prazo máximo de 24 horas para pessoa presa em flagrante ser levada ao juiz. Como já havia negociado prioridade para exame do texto, o relator, Humberto Costa (PT-PE), conseguiu apresentar seu substitutivo à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), que, assim, pode votar a regulamentação da chamada audiência de custódia na quarta-feira.

— Acho importante votar isso antes do recesso (parlamentar, entre 18 e 31 de julho). A audiência de custódia é um grande caminho para garantir que quem precisa ser preso em flagrante seja preso e, quem não precisa, não fique engrossando a população carcerária — argumentou Humberto.

O substitutivo ao PLS 554/2011 determina, entre outras medidas, que tanto o ato quanto o local da prisão sejam comunicados de imediato pelo delegado não só ao juiz, mas também ao Ministério Público,

à Defensoria Pública, caso não tenha sido constituído advogado particular, à família ou a pessoa indicada pelo preso.

A defesa da integridade física e psíquica do preso é outra preocupação da proposta. Caberá ao delegado, logo após lavrar a prisão em flagrante e diante de suposta violação dos direitos fundamentais do preso, determinar adoção de medidas necessárias para preservar a integridade do prisioneiro e para apurar a res-

ponsabilidade por eventuais violações detectadas.

Ao comentar o projeto, Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) disse acreditar que a inserção da audiência de custódia no Código de Processo Penal trará “uma redução enorme” na população carcerária.

— Hoje, 42% dos presos aguardam julgamento. Existe um problema material que esse projeto de lei vem resolver — avaliou o senador.

Randolfe considerou ainda

um dos dispositivos passível de criar “fissura” na obrigatoriedade da audiência de custódia. Assim, resolveu apresentar emenda para tirar do texto a previsão de que, na impossibilidade de o juiz ouvir o preso em flagrante, o delegado deverá retornar e comunicar o fato imediatamente ao Ministério Público, à Defensoria Pública e ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Humberto disse compartilhar da preocupação de

Randolfe e pediu ajuda para encontrar solução, concordando com a dificuldade de juízes de municípios do interior — que só passam lá alguns dias da semana — ouvirem o preso em flagrante, por estarem ausentes no momento da apresentação pelo delegado.

Valadares concordou com a busca de redação mais adequada, embora defenda a votação da proposta antes do recesso parlamentar.

— Essa é uma lei para avançar no combate às arbitrariedades eventualmente cometidas nas prisões. A ideia é consubstanciar em lei o que já existe em tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário — declarou.

Roberto Rocha (PSB-MA) revelou que o Maranhão já faz audiência de custódia nas prisões em flagrante e apoiou a sugestão de Randolfe:

— Vamos estar enxugando gelo ao abrir uma brecha para não ter audiência de custódia.

Como o PLS 554 tem votação final na CCJ, poderá ir direto para a Câmara se não houver recurso para análise pelo Plenário do Senado.



Humberto Costa, relator da proposta, garantiu na comissão regime de urgência para a análise de seu substitutivo

Aécio quer que Dilma explique omissão de dados do Ipea

Aécio Neves (PSDB-MG) cobrou explicação da presidente Dilma Rousseff sobre afirmação do ex-diretor do Ipea Héerton Araújo de que foi impedido de divulgar dados sobre a miséria no país no período eleitoral de 2014.

— Os dados do Ipea mostravam que a pobreza tinha aumentado, mas os brasileiros não puderam saber disso — disse o senador.

Aécio lembrou que esse não é o primeiro caso de um órgão público impedido de divulgar dados desfavoráveis ao governo, ao citar fato semelhante ocorrido com o IBGE.



Waldemir Borretto/Agência Senado

Humberto Costa celebra os dois anos do Mais Médicos

O líder do PT, senador Humberto Costa (PE), comemorou os dois anos do Programa Mais Médicos, que atende cerca de 63 milhões de pessoas em mais de 4 mil municípios e 34 distritos sanitários indígenas de todo o Brasil.

O senador lembrou que o programa beneficia pessoas que moram na periferia das grandes cidades ou em localidades afastadas, onde não havia atendimento médico.

São 18,3 mil profissionais, cujo trabalho permitiu o aumento de 40% dos atendimentos na rede pública de saúde, de 15% em procedimentos de pré-natal e de 100% no caso dos diabéticos, ressaltou Humberto.

Cássio diz que golpe contra presidente foi dado por ela mesma

O líder do PSDB, Cássio Cunha Lima (PB), disse que a oposição não está pregando nenhum golpe contra Dilma Rousseff. Ele afirmou que o golpe já foi dado pela própria presidente quando mentiu e enganou o povo brasileiro.

— Na República não há ninguém imune à investigação. E o que o PSDB tem pedido em nome do povo brasileiro é que as investigações contra a presidente Dilma Rousseff no Tribunal Superior Eleitoral, no Tribunal de Contas da União e no Ministério Público Federal tenham sequência.



Waldemir Borretto/Agência Senado

Viana: empresários sabotam projeto de ferrovia bioceânica

Jorge Viana (PT-AC) contestou os críticos do projeto da ferrovia bioceânica, que ligaria o litoral brasileiro, no Atlântico, ao litoral peruano, no Pacífico. Para ele, há uma “ação disfarçada” para minar a iniciativa, que também conta com o interesse da China.

— Os grupos econômicos que funcionam em volta do porto de Paranaguá [PR], de Santos [SP], do porto em Belém, não só são contra a ferrovia como trabalham para sabotá-la. Eles querem que toda a produção agropecuária do Centro-Oeste saia por seus portos. É por interesse econômico.



Waldemir Borretto/Agência Senado

Lídice pede restrição a sementes de cacau importadas

Lídice da Mata (PSB-BA) defendeu a revisão da política de importação facilitada de amêndoas de cacau, chamada de *drawback*. Ela afirmou que a indústria moageira tem dificuldades em adquirir e estocar o excesso de oferta do produto, o que tem levado a uma queda no preço de venda para os produtores.

— Esse deságio evidencia o temível excesso de oferta, com novos custos de logística que passam a afetar a competitividade do produto nacional, com filas de caminhões parados na porta das moageiras — disse a senadora.



Waldemir Borretto/Agência Senado

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário: Sérgio Petecão, João Alberto, Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Icassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Coordenação de Edição: Silvío Burle
Coordenação de Multimídia: James Gama
Site: www.senado.leg.br/noticias

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cíntia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Especialistas alertam para riscos da desertificação

Em debate na Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas, convidados dizem que já somam 21 mil hectares as áreas desertificadas no semiárido brasileiro, por variações climáticas e ação do homem

ESPECIALISTAS ALERTARAM PARA os riscos de crescente desertificação na região do semiárido em audiência pública ontem no Senado. Segundo Iêdo Bezerra Sá, pesquisador da Embrapa, mais de 20 núcleos territoriais da região já apresentam alto grau de degradação. Ele assinalou que a desertificação resulta das variações climáticas e do peso da ação humana sobre o ambiente.

— Se deixar chegar a esse ponto [desertificação] é quase impossível de recuperar, porque leva tempo e envolve um custo muito grande — advertiu, defendendo medidas para evitar que mais áreas avancem para o mesmo estágio.

A audiência ocorreu na Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, a pedido do presidente do colegiado, senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE). Foram exibidas fotos de propriedades degradadas, onde a cobertura de Caatinga praticamente desapareceu. De modo rarefeito, restam cactáceos xiquexiques e arbustos de jurema, espécies endêmicas e mais resistentes.

— Numa propriedade dessas, uma pessoa pode ter 2 mil hectares e passar fome, pois daí não consegue tirar nada — observou Bezerra.

Ele festejou, no início do debate, a aprovação pela Casa, na terça-feira, de projeto de lei do Senado (PLS 70/2007) que cria a Política Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca, que seguiu para sanção presidencial. Senadores e deputados presentes destacaram a necessidade de implantação urgente das medidas previstas.

— É importante que essa lei vingue — defendeu Bezerra.

O semiárido brasileiro tem cerca de 1 milhão de hectares, em um polígono que se estende por oito estados do

Nordeste e do norte de Minas Gerais, envolvendo 1.134 municípios. A área foi delimitada com base em estudos que consideraram regiões onde índice pluviométrico apresenta média histórica de até 800 milímetros por ano. As áreas mais desertificadas já somam 21 mil hectares.

Para os convidados, entre os fatores que mais impactam o ambiente e estimulam a desertificação, estaria o tradicional sistema de agricultura itinerante, sem insumos tecnológicos adequados. Depois de duas ou três colheitas, a área é esgotada e abandonada, buscando-se outro local para plantação. Os solos rasos e pobres não resistem a esse modelo produtivo, com avanço da salinização.

Igualmente grave seria a crescente derrubada da Caatinga para aproveitamento como fonte de energia. Entre os segmentos industriais que usam lenha desse bioma, está o siderúrgico. Em Pernambuco, há uma indústria gesseira que atende 95% da demanda do país. Segundo Bezerra, 70% da lenha usada é de origem clandestina da Caatinga.

— Isso é um grande crime ambiental — acusou.

Ele salientou que há planos e ações para deter a degradação, como as diretrizes do Plano Nacional de Combate à Desertificação, do Ministério do Meio Ambiente. Segundo o debatedor, a dificuldade é implementar as ações e envolver todos os elos, inclusive os municípios, “onde as coisas de fato acontecem”.

Governança

Antonio Rocha Magalhães, assessor do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, detalhou os mecanismos de governança que tratam da desertificação, como a Convenção de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca, das Nações Unidas.

Observou que, em contraste com a Convenção sobre as Mudanças Climáticas, a que trata da desertificação não consegue apoio político e financiamento para estudos:

— Alguns chamam essa convenção de “Convenção dos Pobres”, pois nas regiões afetadas pelo problema vivem 50% dos pobres do mundo.

Integração

No Brasil, Magalhães explicou que vários ministérios se ocupam de diferentes aspectos do tema, mas sem a necessária integração. A seu ver, é necessário clareza sobre qual órgão deve ser responsável por tratar da questão, além de definição sobre quem deve atuar no nível local.

Fernando Bezerra pediu aos convidados sugestões que possam ser levadas ao governo no sentido de provocar o interesse dos países mais ricos em políticas e ações de combate à desertificação. Explicou que uma boa oportunidade para tratar do assunto será este ano, em Paris, na nova rodada da Convenção sobre as Mudanças Climáticas.

Vanderlise Giongo, também da Embrapa, mostrou resultados de estudos desenvolvidos pela Embrapa Semiárido sobre solos, cruzados com dados climáticos, e informações sobre pesquisas com cultivos que podem contribuir para deter a degradação. Ela frisou que não é possível um só modelo para toda a região, que tem mais de 100 áreas com características ambientais específicas.

Participou ainda da audiência pública Adriano Veturieri, chefe-geral da Embrapa Amazônia Oriental, que apontou similaridades de problemas enfrentados pelo semiárido e a Amazônia, como a exploração ilegal de recursos naturais e a ocupação de áreas com atividade agrícola de baixa produtividade.



O senador Aloysio entre os sabatinados Rodrigo Soares e José Luiz Costa

Comissão aprova indicado para Organização dos Estados Americanos

Indicado para a representação do Brasil na Organização dos Estados Americanos (OEA), o diplomata José Luiz Machado e Costa previu que a lavagem de dinheiro será um capítulo importante na Secretaria de Combate ao Crime Transnacional, criada pela entidade. Costa e o também diplomata Rodrigo de Lima Baena Soares, indicado para a embaixada do Brasil em Moçambique, foram sabatinados e aprovados pela Comissão de Relações Exteriores (CRE).

Em resposta a Cristovam Buarque (PDT-DF), Costa sugeriu que o Brasil adote como referência, para uma legislação antiterrorista, a convenção interamericana contra esse tipo de crime. Esse pacto, que ganhou força após os atentados de 11 de setembro de 2001, tem como objetivo prevenir o financiamento de atividades terroristas, reforçar o controle nas fronteiras e aumentar a cooperação entre polícias.

Fábrica de remédios

Para o diplomata, o Brasil precisa fazer parte da rede mundial contra o terrorismo. Costa informou que vários grupos de trabalho estão atuando, nas Comissões Interamericana de Direitos Humanos e de Segurança Hemisférica, no combate ao tráfico de drogas.

Respondendo a Tasso Jereissati (PSDB-CE) e Ana Amélia (PP-RS), Costa disse não haver conflito entre suas atividades na OEA e as da ex-senadora Ideli Salvatti, nomeada pelo secretário-geral da OEA, Luis Almagro, como secretária de Acesso a Direitos e Equidade. Ele esclareceu que o cargo de Ideli não é de caráter diplomático, mas de assessoria.

Questionado por Jorge Viana (PT-AC) sobre uma dívida de US\$ 18 milhões que o Brasil tem com a OEA, o indicado afirmou que o pagamento poderia significar um ato de prestígio do país ao novo secretário-geral, um uruguaio que teve o apoio brasileiro para ocupar o cargo.

O indicado para a embaixada em Moçambique, Rodrigo de Lima Baena Soares, também



Fontes: CIA World Factbook e brasilexport.gov.br

responderá por Suazilândia e Madagascar. Na sabatina, ele detalhou os vários projetos de cooperação que o Brasil tem com Moçambique, como uma fábrica de antirretrovirais e outros remédios e uma universidade aberta. Se for aprovado, Soares disse que ajudará o Brasil a explorar oportunidades de negócios nas áreas de biocombustíveis e de energias renováveis, entre outras.

Com a aprovação pela CRE, as indicações serão submetidas ao Plenário. A mensagem presidencial indicando Baena Soares teve como relatora Ana Amélia (PP-RS). O relator da mensagem que indica Costa foi José Agripino (DEM-RN).

Voto contrário

Sérgio Petecão (PSD-AC) votou contra as indicações, explicando que a posição não é contrária aos diplomatas, mas em defesa de uma solução para o problema dos refugiados. Seu estado, o Acre, é a principal porta de entrada de migrantes haitianos.

Além disso, Petecão hospedou o ex-senador Róger Pinto Molina, que fugiu da Bolívia em agosto de 2013, alegando perseguição política do presidente Evo Morales. Petecão manifestou descontentamento com o Conselho Nacional para os Refugiados (Conare) por não ter tratado da situação do ex-senador boliviano.



Parlamentares e pesquisadores frisaram a importância de implantar medidas urgentes contra a degradação ambiental

Comissão questiona Incra sobre falhas em assentamentos rurais no Paraná

Auditoria do TCU identificou ocupação irregular e derrubada de mata. Instituto da reforma agrária respondeu que processará madeireiros

UMA AUDITORIA DO Tribunal de Contas da União (TCU) em assentamentos de reforma agrária no Paraná motivou a audiência pública de ontem da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). Os senadores conheceram as justificativas do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) para irregularidades apontadas pelo TCU.

Segundo Fernando Leite, da Secretaria de Controle Externo do TCU, a criação de 107 lotes no Assentamento Celso Furtado apresenta irregularidades, como o corte de árvores em área reflorestada, em desacordo com o plano de manejo previsto para o reflorestamento.

— Os auditores verificaram também que houve a omissão da superintendência regional do Incra diante de constatações de ocupação irregular, como compra e venda de lotes e assentados que possuem vínculos externos incompatíveis com o programa de reforma agrária — disse.

De acordo com Nilton Bezerra Guedes, superintendente



Ricardo Santa Ritta, assessor do Ministério da Agricultura, fala na audiência pública, ao lado da senadora Ana Amélia

do Incra no Paraná, havia no assentamento áreas plantadas com araucária, que foram classificadas pelo TCU como mata nativa não passível de corte:

— Era um reflorestamento com plano de manejo, com data para a mata ser cortada. Não era no sentido de recuperar uma mata nativa e contribuir com a biodiversidade. O que fizemos foi dar sequência a esse plano de manejo.

A presidente da CRA, Ana Amélia (PP-RS), questionou se não seria irregular o corte de araucária, por já ter constado de lista de espécies com risco

de extinção. Guedes disse que essa pode ter sido a motivação para a multa determinada pelo TCU, mas afirmou que não se justifica, por se tratar de área reflorestada para fins de venda da madeira, procedimento autorizado pelos órgãos ambientais no estado.

O superintendente reconheceu, no entanto, que houve corte de árvores além do previsto no plano de manejo, devido à “dinâmica do assentamento”.

— Aquele assentado que justificou a venda da madeira em percentual acima do previsto, que explicou o uso do dinheiro

e que continua no lote não precisou sair do lote. Mas aquele que vendeu a madeira e saiu do assentamento, estamos entrando com ação criminal pesada, estamos agindo — disse.

O representante do TCU explicou que as multas e outras medidas decorrentes da auditoria estão suspensas até julgamento de um recurso impetrado pelo Incra no Paraná.

A precariedade das estradas de acesso foi apontada por Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Donizeti Nogueira (PT-TO) como entrave à consolidação produtiva de assentamentos.

Área de floresta poderá ser destinada a acampados

Um grupo de trabalho formado por órgãos federais e o governo do Distrito Federal será formado nos próximos dias para discutir a possibilidade de se retirar da Floresta Nacional de Brasília a área que abriga o Assentamento 26 de Setembro.

Foi o que afirmou o assessor da presidência do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Bernardo Issa, durante audiência pública ontem na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH):

— A desafetação só pode ser feita por um projeto de lei específico, mas ele tem que tratar da Flona [floresta nacional] e outras áreas com problemas semelhantes, como Arniqueira, Núcleo Boa Esperança. A gente quer fazer um conserto do conjunto dessas áreas, concentrar esforços onde realmente interessa, para atuar de maneira eficiente e eficaz.

A desafetação (“destaque” de trechos da área de proteção da Flona, que está sob responsabilidade do ICMBio) é o primeiro passo para uma possível regularização do acampamento.

O órgão, com o auxílio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), da Secretaria de Patrimônio da União (SPU), da Companhia Imobiliária de Brasília (Ter-



Assentamento em área florestal do Distrito Federal é o tema da audiência

racap) e de outros órgãos do Distrito Federal, precisa definir as poligonais, os intervalos da área ocupada que podem deixar de ser protegidos. Esses detalhes devem constar de um futuro projeto de lei a ser avaliado pelo Congresso.

Além disso, é necessário definir compensações para que o ICMBio abra mão de áreas de proteção. O grupo deve apresentar uma proposta após 90 dias da publicação da portaria que o criará.

A desafetação é o principal clamor dos moradores do acampamento, localizado próximo a Taguatinga e Brazlândia, cidades do Distrito Federal. Eles também expressaram o desejo de que a área, quando se tornar “passível de regularização”, deixe de ser rural e se torne urbana ou semiurbana. Hoje, pequenos produtores e

habitações com características de cidade, em pequenos lotes, dividem o espaço.

— Não tem que ser área rural, tem que ser área urbana ou rural semiurbana. Como vou assentar 10 mil famílias de produtores em mil hectares? — questionou João de Aquino Vieira, da Associação de Apoio à Família de Baixa Renda do Distrito Federal e Entorno.

O representante dos moradores culpou a omissão do governo pela situação do assentamento e afirmou que as famílias posseiras loteiam e vendem os terrenos por falta de assistência técnica e outros auxílios, “para não morrerem de fome”.

Bernardo Issa demonstrou preocupação com essa possibilidade, já que um adensamento urbano intenso pode prejudicar a proteção do restante da

floresta nacional.

Autor do pedido de audiência pública, Hélio José (PSD-DF) afirmou que levará o pleito ao governador Rodrigo Rollemberg em reunião a ser realizada na segunda-feira.

Além de intermediar o pedido, ele vai sugerir que se realize um censo na área, para distinguir as famílias realmente moradoras das que buscam apenas lucrar com a polêmica e as vendas irregulares. O senador também sugeriu um pacto: que os atuais moradores trabalhem em conjunto, sejam verdadeiros fiscais e não permitam que haja mais divisões ilegais na área e adensamento populacional, o que dificultaria uma futura legalização.

— Sou parceiro para discutir a situação com quem está agora nessa situação estanque. Eu quero um compromisso de quem está lá atualmente, que não podem mais admitir adentrar pessoas novas — disse Hélio José.

A deputada federal Erika Kokay (PT-DF) participou da audiência. Ela criticou a grilagem das terras do acampamento e também sugeriu que o ICMBio permita a realização de intervenções mínimas para garantir qualidade de vida aos moradores enquanto não se chega a uma solução sobre a área.

Gurgacz pede presença do Dnit em Rondônia

Acir Gurgacz (PDT-RO) cobrou maior presença do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (Dnit) em Rondônia para melhor acompanhamento de obras de viadutos e marginais que podem desafogar o trânsito em Porto Velho.

Ele acredita que os administradores de Porto Velho deveriam promover melhorias na infraestrutura da cidade, na mobilidade urbana e no saneamento.

— Vamos transformar a capital naquilo que ela tem de vocação: ser o grande polo logístico da Amazônia.

Paulo Paim celebra manutenção do reajuste do mínimo

Paulo Paim (PT-RS) comemorou a aprovação da MP 672/2015, que mantém a política de reajuste do salário mínimo como a soma da inflação e do PIB até 2019. O projeto também estende o benefício aos aposentados e pensionistas da Previdência Social.

— Eu acredito muito neste país. Vai dar a volta por cima, nós vamos voltar a crescer, o PIB vai aumentar. E, se o PIB aumentar, o aposentado vai ter o reajuste real, acompanhando o crescimento do PIB, como foi nos bons tempos do salário mínimo.

Delcídio garante que MP vai viabilizar unificação do ICMS

O líder do governo, Delcídio do Amaral (PT-MS), afirmou que o Executivo encampou de vez a tese do pacto federativo. O senador informou que será publicada segunda-feira uma medida provisória criando os Fundos de Compensação e de Desenvolvimento Regional.

O Fundo de Compensação vai mitigar perdas que os estados tiverem com o fim dos incentivos e a unificação do ICMS; o de Desenvolvimento Regional garantirá recursos para infraestrutura e desenvolvimento dos estados, disse Delcídio.



Waldemir Barreto/Agência Senado



Waldemir Barreto/Agência Senado



Waldemir Barreto/Agência Senado